

Representação da informação temática sob o olhar do usuário: otimização da prática arquivística no Arquivo Central (ACE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

*Representation of thematic information from the user's perspective: optimization of archival practice
at the Arquivo Central (ACE) of Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*

Lucas Lima Santos (1), Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento (2)

(1) Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus I - Lot. Cidade Universitária, Paraíba,
58051-900, lucaas@hotmail.com.br. (2) geysaflavia@gmail.com

Resumo

O estudo teve como objetivo principal abordar o processo de tratamento temático em documentos arquivísticos, a partir da ótica dos usuários internos (arquivistas) do Arquivo Central (ACE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) apresentando a importância da representação no processo de recuperação da informação a partir das demandas específicas de necessidade informacional no âmbito da Arquivologia. Para tal, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter qualitativa, cujo público-alvo foram os arquivistas (usuários internos da unidade) e como instrumento de coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionário, objetivando colaborar cientificamente para a ampliação desses estudos relacionados aos arquivos, usuários e representação da informação. Observa-se que quanto a classificação, os arquivistas do ACE/UFPB executam ao que é proposto dentro dos procedimentos estabelecidos na Arquivologia para classificação de documentos arquivísticos, quando utilizam de instrumentos arquivísticos para classificar os documentos, a exemplo do Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio e fim. No que diz respeito à identificação de conceitos no processo de indexação, é um processo de representação arquivística que complementa os processos de representação já aplicados aos documentos de arquivo e, da listagem de assuntos gerada pelo sistema. Nesse sentido, conclui-se que sob o olhar dos usuários internos (arquivistas do ACE/UFPB), a classificação e a indexação são processos de representação arquivística que utilizam como base o elemento 'assunto' para sua representação e, sua utilização amplia as possibilidades de busca e recuperação da informação aos documentos de arquivo. Porém, a prática atual indica a necessidade de elaboração de instrumentos de representação, tais como vocabulário controlado, catálogos, índices, inventários, entre outros, objetivando a recuperação, acesso e uso da informação. Nesse sentido, também é salutar construir padrões, ferramentas e formatos que abordem a organização, acesso e uso da informação no âmbito arquivístico.

Palavras-chave: Estudos de usuários da informação; Representação temática; Recuperação da informação; Classificação; Indexação.

Abstract

The main objective of the study was to approach the process of thematic treatment in archival documents, from the perspective of internal users (archivists) of the Arquivo Central (ACE) of the Universidade Federal da Paraíba (UFPB), presenting the importance of representation in the process of recovering the information from the specific demands of informational needs within the scope of Archival Science. To this end, a qualitative research was developed, whose target audience were the archivists (internal users of the unit) and as a data collection instrument, we used the application of a questionnaire, aiming to collaborate scientifically for the expansion of these studies related to archives, users and information representation. It is observed that in terms of classification, the ACE/UFPB archivists carry out what is proposed within the procedures established in Archival

Science for the classification of archival documents, when they use archival instruments to classify documents, such as the Classification Code and Table of temporality and destination of documents related to the means and end activities. With regard to the identification of concepts in the indexing process, it is an archival representation process that complements the representation processes already applied to archival documents and the list of subjects generated by the system. In this sense, it is concluded that under the eyes of internal users (ACE/UFPB archivists), classification and indexing are archival representation processes that use the 'subject' element as a basis for their representation, and their use expands the possibilities search and retrieval of information to archival documents. However, current practice indicates the need to develop representation instruments, such as controlled vocabulary, catalogs, indexes, inventories, among others, aiming at the retrieval, access and use of information. In this sense, it is also beneficial to build standards, tools and formats that address the organization, access and use of information in the archival context.

Keywords: Information users studies; Thematic representation; Information Retrieval; Classification; Indexing.

1 INTRODUÇÃO

O processo de representação e recuperação da informação tem estabelecido uma relação cada vez maior entre os acervos dos arquivos, as práticas de indexação e classificação e as necessidades dos usuários, principalmente devido à automação, à existência de publicações em formato digital e consequente disponibilização em repositórios digitais. Portanto, o método de processamento da informação técnica, deve atender de forma eficiente e eficaz às necessidades de busca e informação dos usuários, independentemente do público-alvo do Arquivo ou Centro de Documentação.

Considera-se neste trabalho que as metodologias dos estudos de usuários podem ajudar de forma positiva na construção de todo esse processo, são poucos os estudos de usuários em arquivos, assim como manuais que tratem do assunto. Vaz e Araújo (2015, p. 6), ao refletirem sobre a conexão e integração do arquivo com a comunidade que o cerca, identificam ser necessário compreender e criar “metodologias que possam atender cada usuário, dentro das especificidades de cada um”.

Neste sentido, a iniciativa de elaborar um estudo sobre o processo de tratamento temático em documentos arquivísticos, a partir da ótica dos usuários internos (arquivistas) do Arquivo Central (ACE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), objetiva mostrar a importância da representação no processo de recuperação da informação a partir das demandas específicas de necessidade informacional no âmbito da Arquivologia.

Pois, a representação do conteúdo informacional é uma das etapas mais importantes dentro de uma unidade de informação, uma vez que se um documento arquivístico estiver mal representado, conseqüentemente, haverá falhas na sua recuperação, ou seja, sua localização será dificultada e a informação não circula adequadamente. Assim, tendo o arquivista o conhecimento prévio do assunto a ser disponibilizado, a informação será disposta aos seus

usuários de forma clara e precisa.

Quanto aos objetivos, caracteriza-se como pesquisa exploratória, que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37), e não elaborou hipóteses a serem testadas e abordou um tema ainda pouco estudado no âmbito da Arquivologia.

Quanto ao método, consideramos recorrer à pesquisa qualitativa, procedimento relevante para focalizar a atenção nas causas das reações dos usuários e na resolução de problemas informacionais, além dos aspectos subjetivos da experiência e do comportamento humano.

Nessa perspectiva, os sujeitos que fazem parte da pesquisa são os 6 (seis) arquivistas do ACE/UFPB, que para este estudo são considerados como usuários internos, pois produzem a informação e poderão apropriar-se dela posteriormente (MELO, 2020), e como instrumento de coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionário, aplicado durante o mês de janeiro de 2022, objetivando colaborar cientificamente para a ampliação desses estudos relacionados aos arquivos, usuários e representação da informação.

2 ESTUDO DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO: OTIMIZANDO O PROCESSO DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA CLASSIFICAÇÃO E INDEXAÇÃO

O arquivo é uma unidade de informação conectada com a sociedade ao qual pertence e compõe cada vez mais um sistema complexo e interconectado. Além da função social, os serviços de arquivo devem atender aquele que produz os documentos arquivísticos das instituições no cumprimento das demandas, com agilidade e visando sua satisfação (VAZ, 2015).

No contexto conceitual, diversos autores buscaram ao longo do tempo expressar o significado da temática “estudo de usuários”. Embora, os Estudos de Usuários ainda se apresentem de forma muito incipiente na literatura do campo da Arquivologia, principalmente no Brasil (JARDIM; FONSECA, 2004). Sanz-Casado (1994) compreende como estudo de usuários, o conjunto de conhecimentos voltados para análise qualitativa e quantitativa dos hábitos de informação dos usuários através da aplicação de diferentes métodos, para atender a necessidade de informação de um indivíduo para o desenvolvimento de suas atividades.

Assim, é essencial compreender no âmbito do estudo de usuários, que existem dois grupos de usuários, de acordo com as diferentes funções do arquivo:

Usuários Internos: que faz parte da instituição que gerou a documentação e faz uso dos arquivos apenas para cumprir com suas funções perante o órgão produtor dos documentos. Usuários Externos: que não faz parte da instituição que gerou a documentação, apenas faz uso dos arquivos para uso administrativo ou pessoal. (TARRAUBELLA I MIRABET, 1997 *apud* FELIX; GARCIA, 2017).

Já conforme Rangel (2017, p. 32), usuário interno “está relacionado à função arquivística de criação/produção de documentos [...]”. Nessa perspectiva, abordaremos o estudo de Usuários Internos, compreendendo os arquivistas do ACE/UFPB, como usuários de arquivo que trabalham com a informação para conseguir satisfazer uma necessidade informacional, e que realizam a busca e uso de informações no documento de arquivo, para cumprir com suas funções perante o órgão produtor dos documentos.

A identificação de tipos de usuários pode ser usada para medir se os arquivos estão atendendo às necessidades de informação, bem como dirigir e gerir o trabalho em instituições de Arquivo. Ou seja, conhecer as necessidades informacionais dos usuários de uma instituição arquivística,

[...] possibilita atender aos princípios democráticos do acesso aos documentos e informações arquivísticas, bem como desenvolver os serviços prestados por essas instituições. Entretanto, diferentemente do campo biblioteconômico, notamos certa dificuldade em definir, de forma generalista, os usuários e quais os usos que estes podem fazer dos arquivos. (RANGEL, 2017, p. 31).

Nesse contexto, partindo da premissa de que o usuário de arquivo pode ser qualquer pessoa que utiliza os arquivos, independentemente de qual o modo de utilização, devemos levar em consideração que existem grupos de usuários diversos e é neles que percebemos alguns padrões que especificam o tipo de necessidades informacionais que tem determinado grupo. Ou seja, o produtor de informação também pode ser o usuário interno dessa produção de informação.

Nesse cenário, é pertinente refletir que as necessidades dos usuários devem ser atendidas, para que seja possível estabelecer informações direcionadas a cada segmento ou a cada usuário. Daí a importância de compreender os principais instrumentos da representação temática, classificação e indexação, com vistas a entender o processo de aplicação nas unidades de Arquivo, para melhorar o acesso e uso no processo de recuperação da informação.

Assim, com base em Anízio e Nascimento (2012), compreende-se que a representação da informação é uma das etapas mais importantes em uma unidade de informação, ao passo

em que se um documento arquivístico estiver mal representado, por consequência, haverá falhas na sua recuperação, ou seja, sua localização será dificultada e a informação não circulará adequadamente.

A representação da informação, embora dividida em representação temática e representação descritiva, conforme explicam Maimone, Silveira e Tálamo (2011), apenas possui essa visão segmentada para fins de ensino e aprendizagem, pois, cada qual requer conhecimentos específicos, mas em verdade são complementares e partes do mesmo processo.

Em relação às práticas da representação temática nos arquivos, consideramos pertinente citar Barros (2015, p. 34), onde o autor levanta a hipótese de que “o processo de indexação pode ser aplicado à realidade dos arquivos e auxiliar em atividades cruciais ao acesso à informação arquivística”. Dessa forma, identifica uma “delimitação de pontos de contato entre a indexação e a Arquivística e como esse processo difere-se daquele que ocorre no âmbito de outras instituições documentais” (BARROS, 2015, p. 34).

No que concerne à classificação, a ação a que os documentos se referem, a estrutura do órgão que os produz e os assuntos dos documentos, são os três principais elementos a serem considerados (SCHELLENBERG, 2006). Assim, o autor identifica que os documentos de uma instituição em sua maioria são produto de uma ação e essa por sua vez pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (SCHELLENBERG, 2006). Dessa forma, analisando os elementos citados, o autor divide a classificação em três tipos: funcional, organizacional e por assunto.

No entanto, para Schäfer e Lima (2012), a escolha pelo método adequado é definição do arquivista, que a partir da análise do contexto de produção documental da instituição, buscará adequar o instrumento no ambiente organizacional, associando-o às atividades administrativas.

Para esse estudo, o instrumento de classificação que abordaremos é o Plano de Classificação, que para Rios e Cordeiro (2010, p. 126), tem como objetivo “agrupar documentos sobre um mesmo assunto, representado por uma notação (codificação) e, também, implica na organização física dos documentos arquivados para a sua busca (recuperação) notacional”.

Considerando um diálogo com a teoria da classificação para a elaboração de um esquema de classificação, mapear o universo do conhecimento é o primeiro passo a ser dado, para em seguida se estabelecer o nível de extensão do corte classificatório. E nesse sentido, “mapear” significa decidir o domínio do conhecimento que servirá de base para a organização das unidades classificatórias” (RIOS; CORDEIRO, 2010, p. 134).

Barros (2015, p. 36) tem pensamento semelhante, quando informa que:

[...] a elaboração dos indexadores está condicionada a construção do plano de classificação funcional estabelecendo-se na relação contexto-conteúdo, ou seja, a indexação em relação a classificação dependeria dos descritores construídos a partir do estudo do órgão produtor de documentos.

Nesse sentido, o autor também ressalta a importância do processo de indexação para a elaboração de um Plano de Classificação, processo esse que facilitará a localização dos assuntos através das notações. Percebe-se, portanto, que o tratamento temático da informação, enquanto atividade integrante da representação da informação, centra-se nos aspectos relativos à análise da representação do conteúdo dos documentos.

Conforme nos assegura Mesa León *et al.*, 2007, p. 10 (*apud* MEDEIROS, 2019, p. 234):

A indexação faz parte do processamento, consiste em descrever e caracterizar um documento com a ajuda de representações dos conceitos nele contidos. Facilita a recuperação de informações para satisfazer sua demanda. Durante este processo, os termos mais apropriados são escolhidos, seja por assunto, pessoa, instituição ou local. Para arquivistas, são palavras que estão ligadas ao conteúdo do documento.

Nesse sentido, um dos principais fatores que influenciam no desempenho de um sistema de recuperação da informação e que estão diretamente relacionados à representação temática da informação é a política de indexação, pois norteará as ações dos profissionais [arquivistas] com base no perfil da comunidade de usuários, recursos humanos entre outros, objetivando melhorar o processo de busca e recuperação da informação (LANCASTER, 2004).

3 ARQUIVO UNIVERSITÁRIO DA UFPB: O OLHAR DOS USUÁRIOS INTERNOS

No âmbito do ACE/UFPB, os métodos de classificação, plano de classificação e indexação variam de acordo com o suporte dos documentos, embora o instrumento de classificação utilizado seja único. Considerando que a Instituição é uma autarquia federal, já existem planos de classificação e tabela de temporalidade a serem previamente utilizados, advindos de estudo realizado sobre as funções e atividades desempenhadas pelos órgãos federais, quanto às atividades-meio, e pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), quanto às atividades-fim.

O ACE/UFPB, enquanto unidade que se caracteriza como arquivo permanente da UFPB, tem o objetivo de guardar a memória documental produzida pela Instituição,

possuindo um vasto acervo arquivístico dos mais diversos fundos e das mais diversas temporalidades. Como também produz seu próprio fundo arquivístico, decorrente do desenvolvimento de suas funções e atividades, cuja gestão é de competência da Coordenação de Arquivos e Registros Intermediários e Permanentes (CAIP) do ACE/UFPB.

Nesse sentido, importa observar que a totalidade da documentação presente no ACE/UFPB não está devidamente tratada e organizada, sendo este um trabalho continuamente realizado pelos servidores lotados nesta unidade. Para além disso, outra questão importante a respeito dos documentos, é que o ACE/UFPB não se limita a custódia de documentação, mas também presta assessoria arquivística às diversas unidades da UFPB, estabelecendo os procedimentos técnicos para avaliação, classificação, ordenação e transferência e/ou recolhimento da documentação.

Diante do exposto, destaca-se no presente estudo o Sistema Integrado de Gestão Administrativa, Contratos e Convênios (SIPAC), que detém o Módulo Protocolo, onde estão informatizadas todas as atividades de protocolo da Instituição. Por meio do sistema, é possível criar e tramitar documentos avulsos, processos, ofícios, circulares, despachos, etc. No SIPAC estão cadastradas as unidades administrativas da UFPB, que são representadas pelo seu nome organizacional e por um código numérico, além da possibilidade de se estabelecer fluxos padronizados para processos sobre determinados assuntos (isto é, definir o caminho a ser percorrido pelos processos na Instituição, de forma virtual).

Desse modo, desde 2019 a UFPB produz exclusivamente documentos digitais, e compete a Coordenação de Gestão de Documentos, Registros Digitais e Sistemas (CGDS) e a Coordenação de Registros e Arquivos Intermediários e Permanentes (CAIP), ambas do ACE/UFPB, a gestão da documentação permanente que for recolhida, além da própria documentação de origem interna do ACE/UFPB.

Ressalta-se que, com a oficialização do SIPAC na UFPB, todo servidor da instituição, pode e deve criar documentos e processos, com suas credenciais de acesso ao sistema. Isto significa que a atividade de protocolo é descentralizada, e cada servidor, tem autonomia para definir a classificação dos processos e documentos que está cadastrando, a partir da lista pré-cadastrada no sistema, que contém todas as classes das atividades-meio e fim.

Considerando o objetivo do presente artigo, entendemos como usuário do sistema informatizado SIPAC na UFPB, os arquivistas do ACE/UFPB que produzem e usam concomitantemente a informação.

A seguir, apresentaremos as principais funcionalidades do Módulo Protocolo do SIPAC e como é realizado o tratamento temático em documentos e processos arquivísticos, a

partir da ótica dos usuários internos do ACE/UFPB, que são os arquivistas.

Figura 1. Tela “cadastrar documento” do Módulo Protocolo/SIPAC

* Campos de preenchimento obrigatório.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2022).

Em relação à Figura 1, ressalta-se que os usuários internos do ACE/UFPB têm um total de quatro campos em que podem inserir informações no ato de cadastrar documentos, são eles: Documento (Espécie); Assunto do Documento; Tipo de Documento Detalhado; Observações.

No que concerne ao campo “Documento (Espécie)”, conforme ensina Belloto (2002, p. 27) “espécie documental é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas”.

Nesse sentido, no âmbito do Módulo Protocolo/Sistema SIPAC, nesse campo existe uma lista pré-determinada, resultado de estudo da produção documental institucional, com diversas espécies documentais para escolha do usuário, por exemplo, “Relatório”, “Plano”, “Formulário”. Por não ser de preenchimento livre, qualquer adição de espécies documentais à lista passa por um estudo prévio do ACE/UFPB, a partir da demanda apresentada pelos usuários das demais unidades da Instituição.

Sobre o campo “Assunto do Documento”, o mesmo se refere ao código e classe, de acordo com o código de classificação da atividade-meio ou fim, a que se refere o documento, exemplo “023.03 PROGRESSÃO FUNCIONAL”. Também se trata de uma lista que elenca todos os códigos e classes disponíveis na Instituição, cabendo ao usuário escolher.

Em relação ao campo “Tipo de Documento Detalhado”, conforme Belloto (2002, p. 28),

o tipo documental é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa [...] é possível discernir que o tipo documental, correspondendo a uma atividade administrativa, tende a caracterizar coletividades; sua denominação será sempre correspondente à espécie anexada à atividade concernente e vale como conjunto documental representativo da atividade que caracteriza.

Nesse sentido, o referido campo é de preenchimento livre, e sua melhor utilização de uma perspectiva arquivística é com a inserção da espécie documental agregada a sua gênese (atividade/função/razão funcional), por exemplo, “Relatório de Atividades”, “Plano de Ação”, “Formulário de Designação”. Isso pode ser visto a partir da resposta de um usuário do ACE/UFPB, quando afirma o *Arquivista 1*: “Geralmente, coloco o tipo documental em um dos metadados descritivos: a espécie documental mais a atividade para o qual o documento ou processo foi criado.” Entretanto, não há atualmente uma padronização para preencher o campo, ficando a critério dos usuários quais informações serão inseridas.

Por último, o campo “Observação”, também de preenchimento livre, está disponível para a inserção de outras informações relevantes, não existindo padronização para preenchê-lo.

Figura 2. Tela “cadastrar processo” do Módulo Protocolo/SIPAC

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2022).

Em relação à Figura 2, ressalta-se que os usuários têm um total de quatro campos em que podem inserir informações, no ato de cadastrar processos, são eles: Tipo do Processo; Assunto do Processo; Assunto Detalhado; Observação.

“Tipo de Processo” se refere ao assunto de que trata o processo, exemplo, “Progressão Funcional”, “Férias”, “Processo Administrativo Disciplinar”, e os assuntos estão elencados em uma lista, cabendo ao usuário escolher o que melhor represente o que pretende cadastrar.

“Assunto do Processo” se refere ao código e classe, de acordo com o código de classificação da atividade-meio ou fim, a que se refere o processo, exemplo “024.2 FÉRIAS”.

Também se trata de uma lista que elenca todos os códigos e classes disponíveis na Instituição, cabendo ao usuário escolher.

O campo “Assunto Detalhado” é de preenchimento livre, e geralmente consiste em uma síntese sobre o que se trata o documento/processo a ser cadastrado, e não há atualmente uma padronização para preencher o campo.

Por último, o campo “Observação”, também de preenchimento livre, está disponível para a inserção de outras informações relevantes, não existindo padronização para preenchê-lo.

Convém lembrar que ainda há outra tela, a de “informar documentos”, que é uma das etapas de cadastrar o processo, em que são inseridos os documentos que compõem o processo. A referida tela é quase idêntica a tela de “cadastrar documento”, mas não contém o campo “Assunto do Documento”, considerando que por serem unidades menores de um conjunto maior (o processo), são indexados conforme o assunto escolhido para o processo.

Das demais telas, ressalta-se o cadastro de interessado, que também é um descritor para recuperação da informação, conforme será visto na Figura 3.

Quando perguntado quais estratégias são utilizadas para classificar documentos e processos, obtivemos as seguintes respostas:

Arquivista 3: “Para classificar os documentos e processos digitais utilizo o código de classificação de documentos das atividades meio e fim. Primeiramente, leio e examino o documento para identificar o assunto principal, em seguida faço a busca no código de classificação da atividade meio ou fim.”

Arquivista 5: “A principal estratégia é a identificação da função e atividade do documento bem como o conhecimento prévio das principais classes do CCD, e, quando necessário, consulta ao próprio CCD para sanar dúvidas.”

Arquivista 6: “Em relação aos documentos físicos utilizamos a Tabela de Temporalidades das IFES, e quanto aos documentos digitais durante o período em que ficamos remoto, tive a oportunidade de fazer uso da plataforma digital para confeccionar os relatórios quinzenais. Ultimamente uma colega de trabalho me auxiliou no Sipac na abertura de processo de Licença Médica”.

Assim, a contextualização ou o uso desses instrumentos é o que permite que os registros sirvam de prova da ocorrência das atividades que os geraram, bem como do trâmite percorrido.

Nesse sentido, os usuários internos do ACE/UFPB (arquivistas), quando indagados sobre o processo de indexação dos documentos no ato da criação dos processos, responderam:

Arquivista 1: “Geralmente, coloco o tipo documental em um dos metadados descritivos: a espécie documental mais a atividade para o qual o documento ou processo foi criado.”

Arquivista 3: “Visando a recuperação da informação, indexamos os documentos de maneira mais específica possível, desse modo, podemos otimizar com precisão os resultados de busca e recuperação.”

Arquivista 5: “Levantamento dos principais elementos de identificação (metadados) dos documentos de forma que os mesmos possam ser recuperados de forma adequada quando necessário.”

Observa-se que os respondentes enumeram os conceitos sobre os quais tratam o documento e os representam por meio de uma linguagem combinatória, ou seja, lista de descritores livres.

Na identificação de conceitos, os usuários internos do ACE/UFPB (arquivistas), após o exame do texto, passam a abordá-lo de uma forma mais lógica a fim de selecionar os conceitos que melhor representem seu conteúdo. Ou seja, utilizam fundamentos advindos da área da Biblioteconomia no tocante às etapas de indexação: a análise de um documento, a seleção dos conceitos e a representação em termos de indexação. Entretanto, embora sejam as mesmas etapas, devem ser consideradas especificidades, pois conforme Guitard (2013 *apud* MEDEIROS, 2019, p. 153):

As diferenças entre o objeto documental nos arquivos e bibliotecas condicionam a operação preliminar de leitura. A configuração em conceitos é mais complexa para conjuntos de documentos, por vezes, muito díspares e em suportes diferentes e de tipos diferentes, que são geralmente os fundos dos arquivos e menos frequentemente os objetos documentais.

Pode-se também observar, através das respostas obtidas que, a identificação de conceitos no processo de indexação é uma análise orientada para o conteúdo, ou seja, para identificação de conceitos que orientam a seleção dos mesmos conforme objetivos de usos dos termos confirmando o aspecto intrínseco das concepções de análise de assunto proposta por Fujita (2003).

Para Medeiros (2019, p. 276) a indexação de assunto:

Se refere à representação do elemento “subject” (assunto, tema ou tópico) e não deve desconsiderar a representação do contexto do documento. Pode ser aplicado a diferentes níveis de descrição, porém com dificuldade de representação de forma mais exaustiva nos níveis mais baixos, em função do volume dos documentos. Resulta em instrumentos de pesquisa, tais como índices, catálogos e guias temáticos.

Quanto ao método de classificação, observa-se que no caso dos documentos digitais, o

Módulo Protocolo do SIPAC dispõe de ferramenta (Mesa Virtual) para definir o método de classificação do documento e/ou processo. O usuário, na etapa de cadastro, utiliza-se dos metadados “documento (espécie)”, “classificação (código)”, “tipo de documento detalhado” (espécie + função), entre outras informações. Após o cadastro e elaboração/inserção dos documentos, o processo administrativo eletrônico é tramitado, e após o fim do trâmite, são arquivados em unidades virtuais do sistema.

Para a recuperação da informação, a tela “Consultar Processo”, conforme figura 3 abaixo, dispõe de uma ampla lista de descritores para que o usuário possa realizar a busca, o que inclui as próprias informações inseridas pelo usuário no ato de cadastro, além daquelas geradas pelo sistema (número do processo, por exemplo).

Figura 3. Tela “Consultar Processo” do Módulo Protocolo/SIPAC

CONSULTA DE PROCESSO

Processo: 23074 . 0 / 2022 - 0 (Formato: Radical.Número/Ano - Dígitos)
(Caso não saiba os dígitos verificadores, informe 99)

Código de Barras:

Origem do Processo: Interna Externa

Número Original:

Ano: 2022

Tipo do Processo: -- SELECIONE --

Assunto do Processo:

Assunto Detalhado:

Natureza do Processo: -- SELECIONE --

Grau de Sigilo: -- SELECIONE --

Unidade Origem:

Órgão de Origem:

Período de Atuação: a

Período de Cadastro: a

Situação: -- SELECIONE --

Localização Física:

Observação:

Instituidor a Pensão:

Usuário de Cadastro:

INTERESSADOS NO PROCESSO

Interessado:

Tipo do Interessado: -- SELECIONE --

Nome do Interessado:

DADOS DA MOVIMENTAÇÃO

Movimentação: Todas Última Movimentação

Unidade de Origem:

Unidade de Destino:

Órgão de Destino:

Responsável:

Tramitado entre: a

Urgente: Sim Não

DADOS DO DOCUMENTO

Número do Documento:

Ano do Documento: 2022

Documento (Espécie): -- SELECIONE --

Observação:

Assinante do Documento:

OPÇÕES DE VISUALIZAÇÃO

Formato de Impressão

Buscar Cancelar

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2022).

Quando indagados sobre a importância da representação no processo de recuperação da informação, os usuários internos do ACE/UFPB (arquivistas) responderam:

Arquivista 1: “Total, são os esquemas de representação da informação que possibilitam que os profissionais da informação possam especificar os documentos de forma individualizada e padronizada, bem como, contribuem diretamente na classificação, indexação e elaboração de resumos visando o acesso e a velocidade da recuperação da informação pelos usuários.”

Arquivista 2: “Fundamental, uma vez que é através da representação adequada e coesa que o processo de recuperação ocorrerá de forma rápida e eficaz.”

Arquivista 3: “A representação é muito importante pois vai auxiliar no processo de busca e acesso à informação. Imprescindível também para a organização e uso da informação.”

Arquivista 4: “A representação é importante para facilitar o acesso rápido à informação e favorecer a organização dos documentos digitais.”

Arquivista 5: “A representação é extremamente importante pois é fundamental para a recuperação da informação bem como para a compreensão do seu contexto. A descrição permite a recuperação de informação de forma mais precisa na totalidade de informações onde está inserida”.

Partimos do pressuposto que as instituições apresentam, cada vez mais, novas práticas informacionais que requerem estratégias de recuperação da informação, conforme podemos observar através das funcionalidades do Módulo Protocolo do SIPAC e das respostas dos usuários internos (Arquivistas) do ACE/UFPB. Porém, é difícil ancorar a recuperação da informação contida nos documentos de arquivo, apenas no instrumento de classificação e na indexação. É preciso incorporar novos instrumentos que possibilitem a recuperação da informação de modo compatível com as demandas informacionais atuais.

Ou seja, este é um desafio para os usuários internos, arquivistas do ACE/UFPB, determinar o que pode ser considerado como importante no processo de classificação e indexação, diante de infinitas possibilidades. Portanto, a prática atual indica a necessidade de elaboração de instrumentos de organização e representação da informação, que serão a ponte que comunica o documento com os seus usuários, pois explicita elementos de contexto e conteúdo para posterior recuperação.

Conforme nos assegura Medeiros (2019) os instrumentos de pesquisa são basicamente guias, inventários, catálogos e índices que permitem que o usuário chegue até a informação desejada. Por isso Bellotto (2006), afirma que só um arquivo munido de um guia geral de fundos, inventários e catálogos seletivos e edição de textos, quando pertinentes cumprirá sua

função junto à comunidade científica e ao meio social a que serve.

Desta forma, quando há uma representação da informação do documento de arquivo, subentende-se que, ao extrair alguns elementos que o compõe, começa a se narrar o porquê de sua função e atividade. Logo, esse ato de contar história torna-se compreensivo por quem busca a informação, já que o usuário interno ou externo, ao procurá-la, sempre vai munido de alguma necessidade informacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito da Arquivologia, o processo de representação, que consiste em atribuir termos representativos dos assuntos dos documentos, de forma livre ou controlada, objetiva promover o acesso rápido e preciso dos usuários aos conteúdos. Logo, pode-se dizer que a classificação e a indexação dos documentos de maneira correta, objetiva promover eficiência na recuperação da informação.

Quanto ao plano de classificação, como relatado anteriormente sobre a etapa de cadastro do Módulo Protocolo do SIPAC, os documentos e processos digitais já são cadastrados previamente antes de suas tramitações, sendo que o usuário interno (arquivista do ACE/UFPB) que está realizando a operação é quem define o código de classificação correspondente ao conteúdo do documento e/ou processo.

Quanto à indexação, compreende-se que no Módulo Protocolo do SIPAC os próprios metadados de cadastro do documento e/ou processo servem à indexação, pois facilmente é possível recuperar a informação por meio da ferramenta de consulta de documento e/ou processo, desde que o usuário interno tenha atenção no cadastro das informações.

Ressalta-se quanto aos documentos digitais que as atividades concernentes ao método de classificação, plano de classificação e indexação, por serem realizadas de forma descentralizada, por qualquer servidor da Instituição, estão suscetíveis a erros que podem prejudicar a avaliação, classificação, recuperação e preservação digital desse acervo arquivístico. Tendo isso em vista, um desafio para o ACE/UFPB é orientar os usuários internos e externos, quanto a essas questões arquivísticas, por meio de capacitações e normativos.

Os usos que os sujeitos fazem dos documentos são fundamentais para se pensar em formas de sua recuperação, pois a necessidade que surge nos processos de trabalho — seja do documento como mediador de uma ação, seja das informações contidas nele para tomada de decisão — estabelecerá o comportamento de busca dos usuários. Os estudos sobre

representação temática da informação precisam estar atentos a essas necessidades de recuperação da informação e dos documentos nas unidades de trabalho, considerando inclusive o comportamento de busca dos usuários no Arquivo.

Diante disto, conclui-se que sob o olhar dos usuários internos, arquivistas do ACE/UFPB, a classificação e a indexação são processos de representação arquivística que utilizam como base o elemento ‘assunto’ para sua representação, e sua utilização amplia as possibilidades de busca e recuperação da informação aos documentos de arquivo. Porém, a prática atual indica a necessidade de elaboração de instrumentos de representação, tais como vocabulário controlado, catálogos, índices, inventários, entre outros, objetivando a recuperação, acesso e uso da informação. Por isso a importância dos estudos de usuários, de modo que a determinação do ‘assunto’ aos documentos siga critérios e diretrizes e resulte em uma recuperação por assunto, conforme os interesses informacionais dos mesmos.

Nesse sentido, também é salutar construir padrões, ferramentas e formatos que abordem a organização, acesso e uso da informação no âmbito arquivístico, levando-se em consideração diretrizes para classificação e indexação, na forma de políticas, manuais, entre outros, objetivando a disseminação de tais procedimentos para além dos usuários internos do ACE/UFPB, isto é, para toda a comunidade institucional.

REFERÊNCIAS

- ANÍZIO, J. L. A.; NASCIMENTO, G. F. C. L. Avaliação do processo de indexação na biblioteca da assessoria jurídica do Banco do Brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 122-133, 2012.
- BARROS, T. H. B. A indexação e a arquivística: aproximações iniciais no universo teórico da organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 33-44, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/42393/31600>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- FELIX, K. K. A.; GARCIA, J. C. R. Estudo de usuário do Núcleo de Documentação de Pessoal e Informação da Universidade Federal da Paraíba. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 54-76, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/archeion/article/view/35865/18243>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para

indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 60–90, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>. Acesso em: 15 jan. 2022.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. K. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero**, v. 5, n. 5, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5671>. Acesso em: 21 mar. 2022.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. de F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367/5596>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MEDEIROS, G. M. de. **Indexação em documentos arquivísticos: em busca de aprofundamento teórico-metodológico**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198988>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MELO, K. I. Usuários dos arquivos: uma análise dos congressos nacionais de arquivologia. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 136-153, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1558/1543>. Acesso em: 22 mar. 2022.

OLIVEIRA, L. M. V. Os usuários da informação arquivística. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51621>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RANGEL, T. R. **Estudos de usuário em unidades de informação arquivísticas: uma análise teórica e curricular do campo**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivologia/arquivos/monografias/TCC%20THAYRON%20RANGEL.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

RIOS, E. R.; CORDEIRO, R. I. de N. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 123-139, 2010.

SANZ-CASADO, E. **Manual de estudos de usuários**. Tradução da Francisca Arruda Ramalho. Madrid: Fundacion Sánchez Ruipérez, 1994.

SCHÄFER, M. B.; LIMA, E. S. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.3, p. 137-154, 2012.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos. 2022. Disponível em: <https://sipac.ufpb.br/public/jsp/portal.jsf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

VAZ, G. A. **A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista**. 2015. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A59F42/1/disserta__o_gl_ucia_vaz.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

VAZ, G. A.; ARAÚJO, C. A. A. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 3-21, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/download/117/60>. Acesso em: 12 set. 2020.